



O SOLTAR PIPA COMO FORMA DE CUIDADO: UMA ARTE NEGRA DO VIVER

Felipe Fernandes da Silva¹.

*Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Niterói, RJ, Brasil*

Abrahão de Oliveira Santos²

Universidade Federal Fluminense. Departamento de Psicologia. Niterói, RJ, Brasil.

Resumo: O presente artigo traz à tona algumas reflexões acerca da produção de saúde mental da população negra brasileira a partir da sua relação com os saberes populares e a produção das cidades. Com esse propósito, os autores compartilham a experiência de um deles como acompanhante terapêutico de um grupo de jovens usuários de um CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), localizado em uma cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro, destacando a pipa como uma valiosa ferramenta de cuidado nesse processo.

Palavras-Chave: Saúde da população negra; acompanhamento terapêutico e relações étnicos-raciais.

¹ Felipe Fernandes da Silva. Bacharel e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. Especializando em Direitos Humanos e Saúde, pela Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz e atualmente está Coordenador-Geral de Direitos Humanos, da Prefeitura de Cabo Frio-RJ. Email: felipef.uff@gmail.com ORCID <https://orcid.org/0009-0001-9486-2095>

² Abrahão de Oliveira Santos. Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFF; coordenador do Kitembo - Laboratório de Estudos da Subjetividade e Cultura Afro-Brasileira, onde trabalha na elaboração de uma psicologia aterrada afroindígena. Email: abrahao@id.uff.br ORCID <https://orcid.org/0000-0001-7741-3020>



RELEASING KITES AS A FORM OF CARE: A BLACK ART OF LIVING

Abstract: The present article brings forth some reflections on the mental health production of the Brazilian black population based on its relationship with popular knowledge and urban development. With this purpose, the authors share the experience of one of them as a therapeutic companion for a group of young users at a CAPS (Psychosocial Care Center), located in a city in the interior of the State of Rio de Janeiro, highlighting the kite as a valuable tool for care in this process.

Keywords: Health of the Black Population; Therapeutic Support and Ethnic-Racial Relations.

DEJAR VOLAR LA COMETA COMO FORMA DE CUIDADO: UN ARTE NEGRO DE VIVIR

Resumen: El presente artículo trae a colación algunas reflexiones acerca de la producción de salud mental de la población negra brasileña a partir de su relación con los saberes populares y la producción de las ciudades. Con este propósito, los autores comparten la experiencia de uno de ellos como acompañante terapéutico de un grupo de jóvenes usuarios de un CAPS (Centro de Atención Psicosocial), ubicado en una ciudad del interior del Estado de Río de Janeiro, destacando la pipa como una valiosa herramienta de cuidado en este proceso.

Palabras-clave: Salud de la población negra; Acompañamiento terapéutico y relaciones étnico-raciales.

LÂCHER DE CERF-VOLANT COMME FORME DE SOIN: UNE ART NOIR DE VIVRE

Résumé: Cet article aborde quelques réflexions sur la production de santé mentale de la population noire brésilienne à partir de sa relation avec les savoirs populaires et la production des villes. Dans cette optique, les auteurs partagent l'expérience de l'un d'entre eux en tant qu'accompagnateur thérapeutique d'un groupe de jeunes utilisateurs d'un CAPS (Centre d'Attention Psychosociale), situé dans une ville de l'intérieur de l'État de Rio de Janeiro, mettant en évidence le cerf-volant comme un outil précieux de soin dans ce processus.

Mots-clés: Santé de la population noire; Accompagnement thérapeutique et relations ethnico-raciales.

INTRODUÇÃO DE NÓS E DA PESQUISA

Sequestrados pelos relógios, confinados em blindagens cognitivas, viciados nos celulares, curvados e de cabeças baixas



para mirar as telas, estamos nos esquecendo de olhar os céus e entender o recado das pipas coloridas.

(SIMAS, 2019, p. 63).

O objetivo central deste estudo é estimular uma reflexão sobre a promoção da saúde mental da população negra em espaços urbanos, fora das instituições de saúde tradicionais. Buscamos explorar as percepções de como a cidade e a clínica podem acolher os saberes populares e se tornarem um ambiente propício para a produção de bem-estar psicológico e saúde do nosso povo.

Aqui, defendemos a importância de questionar como os espaços geográficos e a forma como as cidades são construídas influenciam diretamente a produção de saúde e adoecimento. Para isso, partiremos da experiência de um dos autores como acompanhante terapêutico em um CAPS localizado em Rio das Ostras, cidade do interior do Rio de Janeiro.

Nossa intenção é destacar a relevância de um cuidado que se baseie nas vivências territoriais dos usuários, buscando uma abordagem clínica enegrecida, que valorize e potencialize os saberes das comunidades negras e periféricas, e que desafie a forma hegemônica com que a cidade é produzida e percebida.

Como exemplo concreto, apresentaremos a experiência de um grupo terapêutico formado no CAPS, que utilizou a pipa como forma de rompimento com a lógica racista que permeia a cidade e as práticas de cuidado. Através da linha, da pipa e da rabiola, pretendemos demonstrar a possibilidade de criar novas formas de ocupação e produção das cidades/subjetividades.

Com isso, nossa investigação visa a contribuir para uma clínica mais inclusiva e sensível às necessidades das comunidades negras e periféricas, além de promover um debate sobre como as cidades podem ser repensadas e transformadas para melhor atender às diversas realidades e experiências dos seus habitantes. Ao valorizar e respeitar os saberes locais e culturais, acreditamos poder construir espaços urbanos mais saudáveis, equitativos e harmoniosos para todos.

Vamos empreender uma jornada que nos levará ao encontro das lutas antimanicomial, antirracista e pelo direito à cidade. Ao longo da história, a população negra nunca foi colocada no mesmo patamar dos brancos em diversos aspectos, especialmente quando se trata do espaço destinado à sua sobrevivência. Isso implica a



existência de um vínculo intrínseco entre a segregação racial e a segregação espacial, sendo que uma depende da outra. Para entendermos as relações raciais em nosso país, é crucial compreender que a branquitude construiu a ideia do negro como um problema espacial, originando marginalização e exclusão de comunidades negras em determinadas áreas (OLIVEIRA, 2020).

O legado colonial traumático tem início com um intenso processo de deslocamento forçado das pessoas de origem africana de seu próprio espaço vital. Foram retiradas de suas terras à força e transportadas para lugares distantes, tudo para atender aos interesses coloniais da elite branca europeia. O primeiro passo foi privá-las de seu solo, do lugar onde suas raízes já estavam profundamente fixadas. Em seguida, aprisionados nos porões dos navios em condições extremamente precárias, eram acorrentados às colunas, sobrecarregados com cargas geradoras pesadas que impossibilitavam qualquer tentativa de fuga. A questão racial já emergia como uma problemática espacial desde o início. Desde os primórdios da diáspora negra, o corpo negro foi alvo de segregação e impedido de ocupar os espaços dos brancos colonizadores (OLIVEIRA, 2020).

Assim, o corpo negro passou a ser encarado como um desafio a ser controlado. Para suprimir possíveis insurreições, era essencial manter uma vigilância constante, aplicar correntes e usar força. Durante o traslado do tráfico negreiro, buscava-se garantir a segurança dos colonizadores, visando a preservar a ordem racial do espaço. Essa ideia de segurança foi construída a partir do medo de reações negras. Desde então, a estratégia de contenção racial através do aprisionamento espacial tornou-se uma prática colonial que perdura até os dias atuais (OLIVEIRA, 2020).

Neste estudo, buscamos retratar a persistência de um padrão segregacionista refletido pelas desigualdades socioespaciais enfrentadas pela população negra no Brasil. Quando uma pessoa negra é liberada dos espaços de total vigilância, como hospitais psiquiátricos, ela inevitavelmente enfrenta outras formas de segregação baseadas em diferenças raciais e sociais. Compreendemos que a segregação histórica enfrentada pela comunidade negra em instituições psiquiátricas e no sistema penitenciário ressurgem de maneira diferente na sociedade, quando os negros são relegados a lugares e funções marginalizadas e criminalizadas.

Com o objetivo de combater o racismo e todas as formas de segregação e desvalorização da população negra no Brasil, propomo-nos analisar como podemos



lidar com a questão racial no âmbito do acompanhamento terapêutico e como esse processo pode se tornar instrumento de subversão e criação de novas formas de viver na cidade.

Tendo em vista a necessidade de produzir o cuidado no território dos usuários, podemos nos pensar sobre como propor um cuidado no *socius*, fora das estruturas físicas de instituições manicomiais e judiciárias, porém é importante lembrar que o contexto é uma cidade que encara a pele negra como ameaça, uma forma inferiorizada de ser humano, envolvendo-nos em circunstâncias que nos levam à segregação e até mesmo ao genocídio.

Ao contrário da negligência histórica do debate acadêmico acerca das questões raciais no processo de reforma psiquiátrica brasileira, queremos debater os modos como relações sociais e territoriais afetam a saúde mental da população negra (Santos, 2018).

Dessa forma, com o propósito de gerar um conhecimento que valorize o saber da população negra e proporcione uma perspectiva enegrecida da realidade, adotaremos metodologicamente as pistas apresentadas por Abrahão Santos e Viviane Silva (2018) para construir um novo modelo de abordagem psicológica, intitulada psicologia aterrada, desenvolvida pelo grupo de pesquisa Kitembo – Laboratório de Estudos da Subjetividade e Cultura Afro Brasileirada da Universidade Federal Fluminense (UFF). Nessa abordagem de pesquisa, a questão racial transcende sua abordagem meramente temática e passa a ser um impulso para novas concepções sobre a produção do conhecimento, destacando a perspectiva afro-indígena como protagonista do processo. Assim, ela deixa de ser apenas objeto de investigação para se tornar a abordagem privilegiada na qual devemos pensar e pela qual devemos gerar conhecimento, desencadeando uma mudança epistemológica na psicologia.

Sendo assim, lançaremos mão de saberes de escrita produzidos pela escritora Conceição Evaristo para basear a nossa produção. Evaristo (2020) afirma que a sua literatura não é inocente, pois não consegue separar a sua escrita da forma em que experiencia a vida, como mulher, negra, brasileira, viúva, cidadã, mãe de Ainá etc. A base da escrita literária de Conceição Evaristo é a experiência da mulher negra como pilar epistemológico para construção das suas histórias ficcionais.

Pode-se observar que a escritora aborda temas a partir de sua própria etnicidade e concepção de gênero. Sua obra se contrapõe à predominância branca e masculina nos cânones literários, centrando-se em trazer à luz o que foi obscurecido pela cultura



racista e colonial no contexto brasileiro. Sua abordagem literária está fundamentada em afirmações sobre gênero e sujeitos étnico-raciais, ficando nítida em suas narrativas a relevância de evidenciar a voz, expressar sentimentos e compartilhar experiências das mulheres negras afrodiaspóricas (ALMEIDA; BEZERRA, 2019).

Em sua obra literária, Conceição Evaristo narra tramas fictícias com mulheres negras como protagonistas. No entanto, ela sempre enfatiza que, em muitos casos, esses personagens e histórias se mesclam com sua própria realidade, gerados em uma escrita que absorve sua própria existência. Isso vai além de uma mera representação abstrata do mundo; é, na verdade, uma inserção de si mesma em um contexto, o que nos possibilita compreender vivências anteriores negligenciadas pela literatura hegemônica (Evaristo, 2020).

Em nosso caso, a escrita não se dará através da ficção, mas sim por meio de experiências concretas. Descreveremos uma experiência racial coletiva que aborda questões sobre nós mesmos e sobre nossa comunidade. Ao fazermos isso, buscaremos trazer à tona reflexões e expressões acerca da identidade étnica e das vivências compartilhadas pelo nosso povo.

Com isso, evidenciamos nossa escrevivência, que vai além de ser apenas uma narrativa individual com uma única voz autoral. Ela nos conduz a uma experiência coletiva, não se restringe a uma escrita centrada exclusivamente no sujeito moderno e liberal, preocupado apenas consigo mesmo. A perspectiva defendida por Evaristo é enriquecida por experiências coletivas, emergindo de um sujeito coletivo formado por diversas pessoas (Evaristo, 2020). Isso amplia o horizonte da escrita e permite a inclusão de vozes e vivências historicamente excluídas ou marginalizadas pela literatura tradicional.

Segundo Evaristo (2020), a concepção de escrevivência engloba a expressão de si, porém não se limita à escrita individual. Essa ideia carrega consigo um sentido coletivo, buscando demonstrar uma experiência compartilhada do mundo. Ao narrarmos a vivência de um dos autores como acompanhante terapêutico, não estaremos contando apenas uma história pessoal, mas sim abandonando a noção de uma história individual para retratar a vida de um povo. Trazer à tona a experiência nos permite abordar dramas que representam a maioria das pessoas negras na atualidade, explorando as inter-relações entre as experiências vividas.



Nesse sentido, com um olhar racializado e imbuído de enegrecimento, nosso propósito é reviver as experiências de um dos autores deste texto como acompanhante terapêutico, a fim de compreender como a questão racial se manifestou em suas práticas. Buscamos questionar o pensamento tradicional e eurocêntrico que permeia a clínica, a psicologia e a construção das cidades.

Dessa maneira, de fato, almejamos promover uma ruptura com o modelo hegemônico através do qual a psicologia aborda suas práticas. De acordo com Oliveira e Nascimento (2018), a psicologia brasileira não pode mais lavar as mãos e continuar alheia às necessidades do nosso povo, dos guetos, das periferias, das cidades segregadas. Entretanto, não nos ocorre concluir a discussão, mas sim destacar a interconexão entre saúde mental, questão racial e nossos ambientes urbanos. A partir dessa compreensão, procuramos refletir sobre como nossas vivências práticas podem dar origem a novas abordagens de cuidado e convivência na cidade.

A trajetória de um dos autores deste artigo como acompanhante terapêutico (AT) teve início durante seu estágio obrigatório no curso de Psicologia da UFF de Rio das Ostras. Foi no CAPS dessa cidade que houve a oportunidade de se formar um grupo de acompanhamento terapêutico com quatro usuários do serviço. Todos eles apresentavam uma característica comum: eram jovens, na faixa dos 20 anos e viviam uma rotina serializada entre o CAPS e suas residências. Não existia a possibilidade de habitar outros espaços da cidade, a rua se limitava a uma passagem, como se a vida só acontecesse dentro de suas casas ou nas instalações do serviço de saúde.

Como AT, foi possível viver momentos que inflexionaram alguns questionamentos: em que sentido andar pela cidade pode produzir cuidado? Como é possível produzir outra forma de estar no meio social transgredindo a forma para a qual ele foi feito? Assim foram as andanças desse AT pela cidade. Todas as vezes que saímos para do portão do CAPS, havia uma desconfiança sobre o que iríamos encontrar. É próprio da clínica do acompanhamento terapêutico o encontro com o inesperado, por isso, ao caminharmos pelas ruas da cidade, esbarramos com múltiplas pessoas, objetos e sensações, que fazem do cuidado uma prática coletiva, não somente com os indivíduos, mas com o que encontrávamos pela frente.

De acordo com Lancetti (2011), o acompanhamento terapêutico é uma abordagem clínica que se realiza por meio de caminhadas e passeios pela cidade, que se destaca como forma de prática clínica que se desenvolve em diversos espaços urbanos,



abrangendo desde a residência do usuário até os espaços públicos das ruas (Chauí-Berlinck, 2012). Na execução do acompanhamento terapêutico, o ambiente urbano torna-se o local privilegiado para a atuação clínica, de modo que é impossível separar o espaço urbano da prática terapêutica, uma vez que ambos estão intrinsecamente interligados.

Entre os usuários que o AT teve oportunidade de acompanhar, um deles marcou profundamente. Era um jovem negro de pele escura que desenvolveu esquizofrenia após o primeiro surto na adolescência. Ele compartilhou a informação de que começou a enfrentar dificuldades psicológicas quando crianças de sua rua o insultavam com comentários racistas. Seu sofrimento foi de intensidade avassaladora e o forçou a se mudar para outra cidade, tendo ido residir em Rio das Ostras por isso. A própria rua em que sua casa estava situada se tornou um espaço hostil e angustiante, dificultando sua frequência a outros espaços públicos na cidade. Sua vida se resumia a ficar em casa, uma vez que a rua se mostrou um ambiente hostil, trazendo sofrimento para sua trajetória de vida.

Foi uma tarefa árdua construir outras maneiras de habitar a cidade para além das que os usuários estavam acostumados. Todos demonstravam um grande receio em sair de casa, comportamento que pode ser explicado pela forma como historicamente nossa sociedade lida com pessoas em sofrimento mental no contexto urbano. Apesar dos avanços significativos proporcionados pela reforma psiquiátrica brasileira, aqueles que sofrem com problemas psíquicos ainda são amplamente estigmatizados em meio social. No caso das pessoas negras, esse estigma é ainda mais acentuado devido à presença estrutural do racismo em nossas vidas.

Durante um dos nossos encontros, um jovem negro, residente em uma região periférica da cidade, partilhou conosco que adquiriu habilidades na confecção de pipas com seu pai e que desejava compartilhar essa experiência conosco. Esse dia finalmente chegou, e foi um momento de imensa alegria para todos nós, pois a pipa fazia parte das boas memórias de nossas infâncias.

Inicialmente, empinamos pipas no quintal do CAPS, mas isso não foi suficiente para saciar nossos desejos. Decidimos explorar outros territórios da cidade, como a rua atrás da prefeitura, pastos, campos de futebol, lagoa e outros cantos onde poderíamos soltar pipa sem causar danos a ninguém. Ao empinarmos as pipas, experimentamos diferentes formas de conexão, seja com as pessoas que passavam ao redor, com o vento,



a chuva, seja com outras pipas no céu ou com os amigos que nos auxiliam com orientações, entre tantos outros elementos que enriqueceram a experiência.

Na nossa clínica, a experiência foi compartilhada de forma coletiva, não se limitando apenas a pessoas, mas envolvendo elementos também como pipas, bolas de futebol, o mar e as ruas da cidade, tudo aquilo com que interagíamos. Em um dia em especial, combinamos de nos reunir para soltar pipas em um terreno próximo à prefeitura. Um dos usuários trouxe um engradado repleto de pipas com rabiola, que ele mesmo havia feito. Enquanto nos divertíamos tentando cortar as pipas uns dos outros, em uma competição saudável para ver quem seria o campeão do dia, experimentamos a chegada de um menino no terreno. Com idade aproximada entre 9 a 11 anos, ele se aproximou de mim com um brilho nos olhos e timidamente perguntou se poderia receber uma pipa para soltar junto conosco. Antes de responder, hesitei um pouco, pois percebi que o assunto em questão não era apenas meu, mas sim de todo o grupo. Nesse momento, decidi envolver o usuário que havia produzido as pipas para me auxiliar na reflexão. Foi então que ele sugeriu que a decisão fosse tomada em conjunto com todo o grupo. Todos concordaram em ajudar o menino, e ele saiu radiante, soltando a pipa junto conosco, o que nos aproximou ainda mais como grupo.

O acompanhamento terapêutico construído pelo nosso grupo nos proporcionou construir laços com diversos espaços e pessoas da cidade. Isso resultou em uma maior interdependência dos usuários, que não se restringiam apenas ao CAPS, mas passou a contar com vários pontos de apoio pela cidade. Através da atividade de soltar pipa, podemos experimentar sentimentos de leveza e alegria, e ao mesmo tempo, compartilhar esse momento com outras pessoas, fortalecendo laços de amizade e solidariedade. Essa prática aparentemente trivial se tornou uma poderosa forma de cuidado para todos os envolvidos.

Elevar uma pipa ao céu pode parecer algo individual, em que alguém utiliza sua própria habilidade para desfrutar de um entretenimento pessoal. No entanto, a atividade nos revela uma outra dimensão de diversão, uma forma de brincar e de se divertir que ocorre em comunidade, em interação com a natureza, com objetos e até mesmo com os prédios que compõem a estrutura da cidade.

Não podemos ignorar o fato de que, na prática de soltar pipa, também está presente a vontade individual de cortar a pipa do outro, função primordial da brincadeira. Contudo, por meio de nossa experiência, compreendemos que isso



ultrapassa a rivalidade. Além de competir para cortar ou voar com as pipas, ela se torna um momento de encontro com os vizinhos, com as pessoas do bairro e com a própria cidade. A experiência nos revela que soltar pipa é uma atividade coletiva, comunitária. Nesse contexto, os dias mais satisfatórios são aqueles em que o vento está favorável, pois, assim, aumentam as chances de vermos várias pipas voando pelo céu.

No instante em que uma pipa está no ar, ela não tem dono específico e passa a ser acessível a qualquer pessoa que a alcance. Com frequência, corremos pelas ruas para tentar recuperar as arraias³ que perdemos ou para pegar as que já foram de outros donos. Enquanto o objeto estiver em condições adequadas de voo, ele continuará percorrendo diferentes mãos, casas e lugares da cidade. Não é incomum vermos crianças e adultos correndo pelas ruas olhando para o céu em busca de alcançar uma “avoada”. Foi assim que percorremos Rio das Ostras em busca de pipas, procurando um local apropriado onde pudéssemos nos encontrar com outras pessoas e competir para ver quem conseguia cortar mais delas.

Essa prática nos proporcionou uma oportunidade única de nos conectarmos com uma cidade diferente. A rua deixou de ser apenas um local assustador e se transformou em um espaço de vida, alegria, relações positivas e diversos outros encontros. Deixar o CAPS não mais implicava medo, estresse e apreensão. Ao ocuparmos os espaços urbanos de forma própria, percebemos que podemos criar saúde e bem-estar. A população negra brasileira, após séculos de resistência, anseia não só por sobreviver, mas também por viver com felicidade, embora a felicidade não seja um estado permanente. De todo modo, encontramos momentos fugazes de alegria com a brincadeira aqui descrita. Apesar do racismo estrutural que enfrentamos, a realidade não é fixa, e a população negra sobreviveu e sempre inventou formas singulares de viver (SANTOS, 2017). Sem dúvida, soltar pipa é uma delas.

Em um momento em que o Brasil dá a impressão de se desmanchar num mar de ódio, pode parecer maluquice escrever sobre pipas. Não acho. Soltar pipa, jogar porrinha, fazer churrasco na esquina, sambar, jogar futebol, ir à missa, bater palmas no terreiro, macerar as plantas que curam, benzer quebranto, intuir as chuvas, lembrar os mortos, ler os livros, desfilar na avenida, temperar o feijão são formas de construir sociabilidades mundanas capazes de dar sentido à vida, reverenciar o tempo e instaurar a humanidade no meio da furiosa desumanização que nos assalta (SIMAS, 2019, p. 48).

³ Arraia é outro nome utilizado em referência à pipa, embora não tão comum como este. Há diversos outros, variando de região para região.



Consideramos o ato de soltar a pipa uma verdadeira obra de arte. O que pode parecer, à primeira vista, uma simples estrutura de madeira envolta em papel de seda, na verdade representa acúmulo de saberes humanos e ancestrais ao longo de muitos anos. Essa é uma diversão comum em todo o Brasil, mas sua história remonta a tempos muito mais distantes.

Embora a origem exata da pipa não seja totalmente conhecida, de acordo com Voce (1991), há cerca de 200 anos antes da era comum, os chineses já soltavam pipas como uma forma de expressar sua espiritualidade, amedrontar seus inimigos e atrair sorte, felicidade e fertilidade.

No Brasil, é fascinante como a história da pipa abrange diferentes origens e significados culturais (SIMAS, 2019). A chegada das pipas com os colonizadores portugueses e o seu uso criativo e estratégico pela população negra no Quilombo dos Palmares mostram como essa prática transcendeu fronteiras e se adaptou a diferentes contextos ao longo do tempo. Essa história é rica e diversa, e as pipas continuam a ser uma forma de lazer, expressão artística e conexão com a cultura em várias partes do mundo, inclusive no Brasil (VOCE, 1991).

Voce (2003) afirma que antes de chegar em nosso país a população negra já utilizava as pipas nas suas terras de origem. Ela, inclusive, teria se tornado uma das estratégias de defesa utilizada pelo quilombo de palmares contra as ofensivas dos colonizadores. A pipa teria sido utilizada como elemento de sinalização aérea da aproximação de perigo de supostos invasores. Ou seja, já no período colonial a pipa torna-se instrumento de resistência e produção de vida da população negra contra as forças coloniais que nunca deixaram de tentar nos subjugar e exterminar.

Trazendo para os dias de hoje, essa estratégia de sinalização de supostos invasores a partir da vigilância e da comunicação aérea é bem parecida com o papel dos fogueteiros nas favelas cariocas contemporâneas. Os fogueteiros são pessoas, geralmente homens e jovens, que têm a incumbência de vigiar as entradas do território e avisar o tráfico de drogas por meio dos fogos de artifício a chegada das forças de segurança do Estado nas proximidades da comunidade.

A prática do soltar pipa tem rica e significativa conexão com a história de vida de muitos brasileiros, especialmente nas comunidades periféricas. No entanto, é lamentável que, em vez de buscar soluções seguras e educativas para o uso das pipas,



essa atividade seja frequentemente alvo de criminalização e estigmatização, principalmente devido ao uso de linhas com materiais cortantes.

Ao escrever uma matéria sobre um festival de pipas no morro do Turano, favela do Rio de Janeiro, Carla Regina (2023) afirma que, além de uma brincadeira e momento de lazer, também temos aqui algo social, que une as pessoas da comunidade. Além disso, a confecção e a venda das pipas também são meios de renda para os chamados pipeiros, fabricantes artesanais do artefato.

Em seu texto, Carla Regina (2023) apresenta relatos de pipeiros que sofrem com práticas criminalizadoras por parte do Estado em relação à sua profissão. Um deles conta que algumas pessoas acreditam que todos que moram na favela são criminosos. Segundo sua narrativa, certo dia, um policial militar adentrou sua residência, quebrou suas pipas e cortou suas linhas, ainda falou para sua esposa que aquilo não era profissão, mas coisa de bandido. Ocorre que a fabricação de pipas foi uma habilidade aprendida desde sua infância e se tornou um meio de ganhar pão e renda extra para sua família.

As forças racistas e coloniais ainda predominantes em nossa sociedade contribuem para a má compreensão dessa tradição cultural e para a falta de investimento em alternativas seguras. Embora seja importante reconhecer que, quando utilizadas com linhas cortantes, as pipas realmente podem representar perigo para as pessoas e até mesmo resultar em tragédias, não podemos deixar de observar criticamente o modo como isso é debatido na mídia e na sociedade.

Assim, é fundamental considerar a diversidade de experiências e a riqueza cultural envolvida na prática de soltar pipas. Para muitos, essa atividade é sinônimo de festividade, alegria e nos arriscamos dizer que até mesmo uma forma de cuidado com a saúde mental. Em vez de focar somente nos perigos, seria mais produtivo e inclusivo promover campanhas de conscientização sobre uso seguro das pipas, bem como incentivar atividades comunitárias que fortaleçam a tradição cultural de forma segura e responsável.

Retomando a história brasileira, é preciso lembrar que a escravização, o sequestro em África e a subsequente repressão aos corpos negros foram mecanismos cruéis empregados para manter o controle social e a dominação da população negra. A liberdade negra, então, tornou-se uma ameaça para os que queriam manter o poder, e, como resultado, foram criadas instituições de repressão, como senzalas, prisões e manicômios.



Essas instituições históricas foram utilizadas para subjugar, aprisionar e controlar corpos negros, negando-lhes seus direitos fundamentais e perpetuando um sistema de opressão. Entretanto, a história de luta e resistência do povo negro é marcada pela busca pela liberdade e igualdade, superando obstáculos impostos pelas estruturas de poder dominantes, apesar de a história do país ser marcada por uma profunda desigualdade racial que se reflete na distribuição do espaço urbano.

As cidades modernas brasileiras foram, de fato, construídas sob uma perspectiva de segregação racial, ainda que executada de modo diferente do que ocorreu em países em que a segregação era oficialmente legalizada, África do Sul e Estados Unidos. Ainda assim, essa trajetória gerou também no Brasil uma série de desigualdades socioespaciais, relegando majoritariamente os espaços periféricos à população descendente da diáspora negra.

Acreditamos que a segregação racial no Brasil é resultado do funcionamento de diversos mecanismos discriminatórios, os quais têm origens históricas profundas, relacionadas ao período da colonização, à escravidão e à forma como a sociedade brasileira foi estruturada ao longo do tempo (Silva, 2020).

No território brasileiro, a discriminação perpetua benefícios materiais e simbólicos para os grupos brancos, independentemente de sua posição social. Em contrapartida, a população negra, principalmente as pessoas que se encontram em piores condições socioeconômicas, encontra-se alocada nos últimos lugares das áreas urbanas, sujeita à marginalização, à carência de infraestruturas e de políticas sociais que deem conta das necessidades coletivas locais (Oliveira, 2020).

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos, da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas, etc, até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e o sobrado, aos belos edifícios tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: das senzalas às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos habitacionais... (GONZÁLEZ; HASENBALG, 1982 *APUD*, OLIVEIRA, 2020, p. 142).

De acordo com a perspectiva de Rolnik (2009), a segregação residencial com base na raça revela um apartheid dissimulado no Brasil. Existem territórios que são predominantemente habitados por negros em nossas cidades, no quais sua história e cultura são fundamentadas na identidade negra. Em muitos desses territórios, podemos



encontrar brancos e negros da mesma classe convivendo socialmente, no entanto esses espaços continuam sendo estigmatizados como locais ‘negros’.

Ao analisarmos os territórios negros, conforme ressaltado por Rolnik (2009), não devemos apenas observar a história de exclusão que muitas vezes está associada a esses espaços, mas também testemunha a trajetória de luta pela sobrevivência e a construção de uma vida singular nessas comunidades. Esses territórios são locais de resistência onde a comunidade negra enfrenta desafios e se esforça para preservar suas identidades e narrativas culturais.

Nessas áreas, as pessoas negras desenvolvem suas próprias formas de organização social, econômica e cultural, mantendo viva sua história, tradições e saberes ancestrais. Essa luta por sobrevivência e fortalecimento da identidade cultural é parte essencial do processo de resistência contra as estruturas que perpetuam a segregação e o racismo.

É preciso considerar, portanto, que o direito à cidade é questão central para a igualdade e a justiça social. No entanto, historicamente, a população negra teve seus direitos negados, especialmente quando se trata da aquisição de terras e da participação na construção dos espaços de vida (Silva, 2020). Nesse sentido, falta de oportunidades e acesso limitado a recursos básicos, como moradia de qualidade, afetam significativamente a qualidade de vida e o bem-estar dessa parcela da população.

No entanto, mesmo diante das dificuldades que destroem direitos e desafiam a dignidade humana, a população negra demonstra força notável, persistindo em resistir e encontrar formas próprias de subsistência. Como acompanhante terapêutico, um dos autores deste texto pode constatar a importância da clínica em se conectar com a realidade da população negra e periférica. Ao utilizar a pipa como uma ferramenta de cuidado, percebemos que essa tradição histórica de empinar pipa é uma prática secular de autocuidado na comunidade negra, podendo ser incorporada de maneira significativa à prática clínica.

A vivência com a pipa desempenhou papel fundamental ao incentivar a mobilidade dos usuários do CAPS pela cidade. Ao romper com a lógica manicomial, que limita a vida dos usuários a um único espaço, a pipa abriu novas rotas e possibilitou a construção de formas alternativas de habitar a cidade. Essa prática transgressora permitiu desafiar as razões pelas quais certos espaços foram criados, rompendo com barreiras impostas e ocupando novos territórios.



A escassez de locais apropriados para soltar pipa exigiu que fossem criados meios de ocupar e inventar novas formas de habitar o território. A partir dessa clínica, diversos efeitos positivos foram observados nas vidas dos usuários, tornando-os não apenas beneficiários do cuidado, mas protagonistas ativos na construção do autocuidado e dos demais.

A abordagem centrada na pipa permitiu criar um modo de cuidar que parte das referências de vida dos usuários, tendo como base a cultura do povo negro e periférico. Ao incorporar a riqueza cultural e as tradições da comunidade, a clínica se tornou mais sensível e conectada à realidade dos usuários, proporcionando um cuidado mais autêntico e efetivo.

Assim, a tradição de soltar pipa se torna uma forma de resistência, uma vez que representa a afirmação da presença e da valorização da cultura negra em um mundo que, muitas vezes, ainda marginaliza e oprime essa prática. É um ato de reafirmação da dignidade e do direito de ocupar os espaços públicos, lembrando a história de luta e a busca por igualdade.

Essa experiência ilustra como a valorização das referências culturais negras e periféricas pode enriquecer a prática clínica e promover uma forma mais inclusiva e respeitosa de cuidar da saúde mental. Ao se apoiar nas tradições e saberes da população negra e periférica, a clínica se torna um espaço de acolhimento e transformação, contribuindo para a promoção do bem-estar e da autonomia dos usuários.

Muitas vezes, o que é visto como diversão ou passatempo por outros pode ter significado muito mais profundo para determinadas comunidades, como é o caso da produção de saúde através da prática da pipa. É importante reconhecer que os cânones estabelecidos pela branquitude nem sempre refletem as experiências e necessidades das comunidades negras.

Desse modo, para promover uma saúde mental mais inclusiva e efetiva, é necessário romper com esses modelos pré-estabelecidos e começar a pensar e produzir a partir dos próprios modelos e práticas das comunidades negras. Afinal, ao longo da história, a população negra desenvolveu meios peculiares de sobrevivência, cuidado e resistência diante da segregação e do genocídio.

Os profissionais de saúde devem se esforçar para entender e potencializar essas práticas e conhecimentos na clínica. Isso envolve ouvir e valorizar as experiências e



perspectivas das pessoas negras, reconhecendo sua força e sabedoria em enfrentar adversidades históricas.

Ao adotar uma abordagem culturalmente sensível e inclusiva, a clínica pode se tornar um espaço de acolhimento, no qual pessoas negras e periféricas se sintam compreendidas e apoiadas em suas jornadas de cuidado e bem-estar. Para isso, é necessário desconstruir estereótipos e preconceitos que permeiam a saúde mental e construir uma prática clínica verdadeiramente equitativa, que respeite e valorize as diversas experiências humanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria do Socorro Pereira de; BEZERRA, Simone Maria. Escrivência: escrita, identidade e o eu feminino negro em Ponciá Vicêncio de Conceição Evaristo. *RIOS: Revista Científica da FASETE*, v. 13, n. 22, 2019, p. 10-39. Disponível em: <https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2019/22/escrevencia.pdf>. Acessado em: 20 de julho de 2023.

CHAU-BERLINCK, Luciana. *Novos andarilhos do bem: caminhos do acompanhamento terapêutico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

EVARISTO, Conceição. A escriturização e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). *Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte. 2020. p. 26-46. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>. Acessado em: 20 de julho de 2023.

LANCETTI, Antonio. *Clínica peripatética*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

OLIVEIRA, Denílson Araújo de. Leituras geográficas e fanonianas do racismo, do trauma e da violência psiquiátrica: alguns apontamentos teóricos. In: MAGNO, Patrícia Carlos; PASSOS, Rachel Gouveia (org.). *Direitos humanos, saúde mental e racismo: diálogos a luz do pensamento de Frantz Fanon*. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2020. p. 103-127. Disponível em: <http://cejur.rj.def.br/uploads/arquivos/f69bf38dcc31430e90ae368657f66a6f.pdf>. Acessado em: 20 de julho de 2023.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza; NASCIMENTO, Maria da Conceição. Racismo, saúde mental e território: desafios políticos e epistemológicos da clínica ampliada. *Revista da ABPN*, v. 10, n. 24, nov. 2017/fev. 2018, p. 3-15. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/571/1095>. Acessado em: 20 de julho de 2023.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. Segregação racial e desigualdades urbanas nas cidades brasileiras: elementos para uma observação da necropolítica. *Revista da ABPN*, v. 12, n. 34, 2020, p. 131-156. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1127/961>. Acessado em: 20 de julho de 2023.

REGINA, Carla. Pipas no ar: um mergulho no Festival de Pipa do Morro do Turano. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=65524>. Acessado em: 24 de julho de 2023.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: SANTOS, Renato Emerson (org.). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Gutenberg, 2009. p. 75-90.

SANTOS, Abrahão de Oliveira. Saúde mental da população negra: uma perspectiva não institucional. *Revista da ABPN*, v. 10. n. 24, 2018, p. 241-259. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/583/469>. Acessado em: 24 de julho de 2023.

SANTOS, Abrahão de Oliveira; SILVA, Viviane Pereira da. A pesquisa do Kitembo: pistas para a construção de uma psicologia aterrada. *Arcos Design*, v. 11, n. 1, 2018, p. 7-20. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign/article/view/44056/30675>. Acessado em: 24 de julho de 2023.

SILVA, Lisandra Mara. Lei e discriminação na produção da cidade segregada. *Revista da ABPN*, v. 12, n. 34, 2020, p. 463-488. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1146/974>. Acessado em: 24 de julho de 2023.

SIMAS, Luiz Antonio. *O corpo encantado das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

VOCE, Silvio. *Brincando com pipas planas*. São Paulo: Global Editora, 1991.

VOCE, Silvio. *Brincando com pipas orientais*. São Paulo: Global Editora, 2003

Recebido em: 18/08/2023

Aprovado em: 19/09/2023